

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, fevereiro de 2017, número 110. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Estrangeirização de terras na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG).

ARTIGO DO MÊS

***O desenvolvimento do capitalismo no meio rural
e suas consequências para o campesinato.***

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

XVI Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL)

La Paz – Bolívia, 26 al 29 de abril de 2017.

Latin American Studies Association (LASA) – 2017

Diálogos de Saberes

Lima – Peru, April 29 – May 1, 2017.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e Caribe.

Org.: Ivana Jinkings (Boitempo).

Esta enciclopédia procura dar conta de uma ampla gama de temas e de todos – absolutamente todos – os países e territórios sob ocupação estrangeira da América Latina e Caribe.

Acesso:

<http://latinoamericana.wiki.br/apresentacao>.



¡Juntos podemos enfriar el planeta!

Produccion general: Grain y La Via Campesina.

Nuevo video aporta los elementos necesarios para comprender como está impactando este sistema agroindustrial de alimentos en nuestro clima y al mismo tiempo nos cuenta como podemos actuar para cambiar el rumbo y comenzar a enfriar el planeta. Para ver: https://www.youtube.com/watch?v=5m1_WaYG6Ws.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Edição: Danilo Valentin Pereira, Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.

Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA (MG)

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Coordenadora do NaTERRA - Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários. Docente do Departamento de Geografia da UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
janaina.vinha@uftm.edu.br

Patricia Santos

Pesquisadora do NaTERRA - Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários. Bolsista IC-FAPEMIG. Discente do Curso de Geografia da UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
patriciaspty@gmail.com

Marcos Vinicius Lemes de Paula

Pesquisador do NaTERRA - Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários. Bolsista PROEXT-UFTM. Discente do Curso de Geografia da UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
m.lemesbr@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente texto discute o processo de estrangeirização de terras na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Minas Gerais, com destaque especial à Bunge. O objetivo é apresentar algumas reflexões que compõem esse processo em Santa Juliana e Frutal, dois municípios que abrigam usinas sucroalcooleiras da referida empresa. Aliás, o assunto ganha grande repercussão nacional com o golpe cometido contra a presidenta Dilma Rousseff e a ascensão ilegítima de Michel Temer à presidência da república, momento estratégico em que é retomado o Projeto de Lei 4059/12. O projeto revê o parecer emitido pela Advocacia Geral da União (AGU) em 2010 que suspendeu a compra de terras por estrangeiros no Brasil, e pretende liberar a sua venda ao capital estrangeiro. Tal fato vem sendo arduamente rebatido pelos movimentos sociais, que enxergam com preocupação o PL, entendida como um conjunto de iniciativas da bancada ruralista que consolida o agronegócio. Diante deste cenário preocupante, o intento é debater como a incorporação de novos territórios pelo capital internacional pode ameaçar a soberania alimentar. A soberania vem sendo afetada na mesorregião, onde a produção de cana-de-açúcar está em descompasso em relação à produção de alimentos.

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO TRIÂNGULO MINEIRO/ALTO PARANAÍBA

No Brasil e no mundo, a estrangeirização de terras já ocorre há séculos, contudo, novas práticas e dinâmicas foram-lhe imputadas neste início de século XXI, fazendo de sua análise uma questão elementar para o entendimento do campo. A estrangeirização foi acelerada com a crise de 2007/2008, a qual gerou uma elevação dos preços agrícolas e dos preços de alimentos. Tendo em vista este cenário e a escassez de terras produtivas, governos e empresas de todo o mundo saíram na corrida por terras para aumentar suas produções agrícolas, principalmente em terras não exploradas em países pobres/subdesenvolvidos, acirrando a disputa territorial entre agronegócio, campesinato e Estado.

A estrangeirização de terras integra-se a um novo ciclo de expansão do capital (SAUER, 2011). Segundo dados do DATALUTA (2016), há cerca de 90 empresas do agronegócio de capital estrangeiro

instaladas no Brasil. Essas empresas atuam no ramo de mineração, monocultura de árvores, cultivo de soja, milho, cana-açúcar, amendoim, café, arroz, trigo, feijão, algodão entre outros. Os EUA é o país que mais possui propriedades de empresas estrangeiras no país, com cerca de 200 delas (DATALUTA, 2016).

Embora se saiba que a incorporação de terras por empresas estrangeiras não é um processo inédito, vivenciamos um novo momento histórico de internacionalização do capital em que outras dinâmicas necessitam ser concebidas. Uma delas é o direcionamento das empresas que compram/arrendam terras com vistas à produção de *commodities*, em particular dos agrocombustíveis. A cana-de-açúcar, o monocultivo de árvores, a soja, o milho, o algodão, a mineração e as sementes são as sete principais *commodities* que detêm o maior número de propriedades de empresas do agronegócio com capital estrangeiro (DATALUTA, 2016).

No campo, o grande representante deste processo é o agronegócio, que por meio do capital estrangeiro territorializa-se com incrível velocidade através da compra/arrendamento de terras e da implantação de infraestrutura para a produção. Como um processo contraditório, sua territorialização também promove a desterritorialização do campesinato - ou os inclui de forma precária e subalterna. A estrangeirização não trata apenas de empresas de capital internacional que se apropriam e controlam o território brasileiro, comprando e/ou arrendando terras, mas de todas as problemáticas e desdobramentos que ela envolve. No mundo globalizado, a procura por expansão financeira traz a estrangeirização como uma nova forma do sistema capitalista se territorializar, concentrando terras nas mãos de estrangeiros, aumentando o seu preço após o uso, além de desapropriar os camponeses e/ou submetê-los a um modo de produção que afeta o meio ambiente, a saúde e a soberania alimentar e territorial.

No que tange à valorização do preço das terras, Sauer e Leitte (2011) confirmam como as terras no Estado de Minas Gerais sofreram uma supervalorização. A maior variação no preço das terras ocorreu em Araguari, com a produtividade do café. De janeiro à fevereiro de 2002, um hectare custava em média R\$ 4.000,00, saltando para mais de R\$ 14.000,00 nesses mesmos meses no ano de 2010.

Minas Gerais é o segundo maior Estado produtor de açúcar, o terceiro em cana e etanol e ocupa a segunda colocação no consumo de etanol (UNICA, 2016). Além da cana-de-açúcar, o Estado se destaca na produção de milho, soja, feijão e batata. Fazendo um levantamento de dados a partir de lavouras temporárias, as *commodities* lideram a produção no Estado de Minas Gerais. São oito os cultivos mais significativos do Estado por área plantada: milho, soja, cana-de-açúcar, feijão, sorgo, trigo, mandioca e batata inglesa (IBGE, 2014). A cana-de-açúcar abrange 949.801 hectares e ocupa a terceira posição.

Na safra de 2015, a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba respondeu por 72% da produção de cana do Estado, 78% do açúcar e 68% do etanol (UNICA, 2016). Das 36 usinas do Estado, 21 estão localizadas na mesorregião. A fazenda Santa Vitória, da Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA), localizada em Uberaba, é a maior produtora de cana do Brasil (UNICA, 2016). O cultivo de cana-de-açúcar vem crescendo desde os anos 2000, mesmo período de intensificação do processo de estrangeirização de terras no país. Em 2000, a quantidade produzida de cana foi de quase 10 milhões de toneladas, progredindo sucessivamente até alcançar o incrível número de quase 50 milhões em 2013 (SIDRA, 2015).

As grandes responsáveis pela produção de *commodities* no Estado são as empresas que possuem capital estrangeiro. Apenas na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba foram identificadas nove grupos de capital internacional: ADM do Brasil; British Petroleum; Bunge; Cargill; CMAA; Dow Chemical Company- Mitsui & Co. Ltda; Global Foods/Carlyle/Rivest One/GoldmanSachs/Discovery; Naturalle Agro e La Place (Arion Capital). Esses grupos vêm incorporando territórios em diferentes cidades, sendo os EUA o maior país investidor. Verificamos que na região as instalações dessas empresas ocorreram, sobretudo, a partir do ano de 2005, com forte atuação no setor sucroalcooleiro. No quadro abaixo (Quadro 1), identificamos essas empresas, o município de localização, o ramo de atuação, o capital de origem e o ano de instalação na mesorregião.

Quadro 1 – Empresas de capital internacional na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - 2016

Nº	GRUPO/CNPJ	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	RAMO DE ATUAÇÃO NO MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	CAPITAL DE ORIGEM	ANO
1	ADM do Brasil 02.0034.020/007-60	Uberlândia	Refino e envase de óleo de soja	-	EUA	2005 2011
		Uberaba	Fábrica de fertilizante			
		Limeira do Oeste	Plantação de Cana-de-açúcar e produção de etanol a base de cana-de-açúcar			
2	British Petroleum 02.420.391/0001-29	Ituiutaba	Usina de extração do caldo da cana	60 mil	Inglaterra	2011
		Campina Verde	Usina de extração do caldo da cana			
3	Bunge 84.046.101/0001-93	Santa Juliana	Usina de Cana- de - açúcar	3,4 mil	EUA	2007 2009 2010
		Frutal	Usina de Cana- de – açúcar			
		Itapagipe	Usina de Cana- de – açúcar			
4	Cargill 60.498.706/0001-57	Itapagipe	Usina de açúcar e álcool	-	EUA	1986 2006
		Uberlândia	Processamento de soja			
5	CMAA 08493364/0001-62	Uberlândia	Usina de etanol e açúcar	83.312 mil	Indonésia	2010
		Uberaba	Usina de etanol e açúcar			
6	Dow Chemical Company - Mitsui & Co. Ltda 33.016.221/0001-07	Santa Vitória	Usina de açúcar e álcool	36 mil	EUA e Japão	2011
7	Global Foods/Carlyle/Rivest one/Goldman Sachs/Discovery 03.853.896/0001-40	Ituiutaba	Cultivo e plantio de cana-de-açúcar	60 mil	EUA	
		Campina Verde	Cultivo e plantio de cana-de-açúcar			
8	Naturalle Agro 03.465.501/0001-31	Uberlândia	Soja e milho	-	Japão	1999
9	La Place (Arion Capital) Cotton/Maeda S.A.	Uberlândia	Algodão e sementes	-	Espanha	2010

Fonte: DATALUTA (2016). Organização: Vinha (2017.)

A ATUAÇÃO DA BUNGE NOS MUNICÍPIOS DE SANTA JULIANA E FRUTAL – MG

Uma das empresas do agronegócio de grande destaque na região é a Bunge, cuja maior parte do capital é de origem estadunidense. Ela atua em cerca de 35 países, e é uma das principais empresas no ramo de agronegócio. A Bunge possui cerca de 100 instalações no Brasil, entre usinas, moinhos, portos, centros de distribuição, silos e instalações portuárias (BUNGE, 2016). Na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, está instalada nos municípios de Santa Juliana, Frutal e Itapagipe, e em todas elas atuam no setor sucroalcooleiro. A Bunge está entre as seis maiores empresas com capacidade instalada para moagem de cana-de-açúcar no Brasil, se considerada a safra de 2010/2011 (MENDONCA *et al.*, 2014). Desde 2006, a Bunge atua na comercialização de açúcar, etanol e cogeração de energia. No total, são oito usinas de cana-de-açúcar que ocupam cerca de 200 mil hectares, com investimentos de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões entre 2012 e 2016 (BUNGE, 2016).

Ao longo da década de 1990, empresas nacionais de diversos setores agropecuários foram adquiridas por corporações transnacionais. A Bunge participou dessas aquisições, comprando importantes corporações nacionais dos setores ligados à soja, fertilizantes e moinhos. Recentemente, a Bunge passou a se interessar também pela produção e comercialização de agrocombustíveis, adquirindo em 2007 a sua primeira usina em Santa Juliana (MG). Santa Juliana está situada a oeste da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com uma área de 723,784 Km² e 11.337 habitantes (IBGE, 2010). A economia do município está baseada na agricultura, tendo como destaque a soja, milho, alho, cebola, batata, cana-de-açúcar e sorgo.

Entre as seis principais culturas que movimentam a economia agrícola do município de Santa Juliana, quatro são *commodities*. A cana-de-açúcar, o milho e a soja são as culturas que ocupam mais áreas (ha) cultivadas. Desde que a Bunge se instalou no município, a produção de alho apresentou queda, assim como a de batata, que embora tenha apresentado aumento na área produzida em 2011, continuou em declínio em 2012, sendo que nos anos de 2013 e 2014 houve estagnação da cultura.

A Bunge incorpora territórios por meio do arrendamento de terras¹ de pequenos e médios produtores que se tornam subordinados à empresa, oferecendo contrato de seis anos para o cultivo da cana. Esse arrendamento é pago mensal ou anualmente, e a quantidade de hectares pode ser alterada pela empresa a qualquer momento. Quando o contrato termina, a Bunge pode finalizar a última colheita da cana-de-açúcar, deixando o arrendatário sem poder fazer uso da terra mesmo com o término do contrato.

Outros camponeses que não arrendaram terras também começaram a investir na produção de cana-de-açúcar, vendendo todo o cultivo para a empresa. Tendo em vista as dificuldades encontradas no plantio, alguns se uniram na fundação da Socana – Associação dos Fornecedores de Cana-de-Açúcar de Santa Juliana e Região. Segundo relatos das famílias, a cooperativa foi criada com o propósito de atender as normativas e padrões exigidos pela Bunge no plantio da cana. O processo de estrangeirização de terras realizado pela Bunge é um mecanismo que além de controlar e apropriar territórios, redefinindo seus usos com o plantio de cana-de-açúcar e intensificando a acumulação e concentração do capital internacional em território brasileiro, também subordina o campesinato. O arrendamento da terra funciona como alternativa

¹ Embora existam indícios de que a Bunge também atua na compra de terras na região, a pesquisa de campo realizada só conseguiu identificar os arrendamentos efetuados pela empresa.

para as famílias que buscam garantir sua reprodução social e econômica. Em conversa com alguns camponeses², foi relatado que a maioria era contrária à prática do arrendamento, justificando tal submissão por não encontrarem alternativas econômicas de permanência do campo. Foi citado também as dificuldades em participar de políticas governamentais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), pois a concessão de créditos para produção se apresentou difícil e extremamente burocrática aos camponeses.

Não só no município de Santa Juliana, mas em municípios próximos, há terras arrendadas para a Bunge. Verificou-se que grande parte dos camponeses não trabalhavam com o cultivo de cana-de-açúcar antes da instalação da empresa, que ocorreu em 2007. Até esse período as famílias obtinham renda através do plantio de batata e da produção de leite.

A estrangeirização de terras também é forte na microrregião de Frutal. Em 2010, a microrregião possuía cerca de 41% da área plantada de cana-de-açúcar da mesorregião (IBGE, 2010). Neste mesmo ano, segundo o IBGE, só o município de Frutal apresentou 79.337 hectares de área plantada com cana, correspondendo cerca de 20% em relação à mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. O município possui uma área de 2.426,965 Km² e uma população de 53.468 habitantes (IBGE, 2010), e se destaca na produção de leite, laranja, abacaxi, arroz, cana-de-açúcar e milho, porém, nos últimos anos, vem se inscrevendo num processo de ampliação do capital agroindustrial canavieiro. Segundo Silva (2012), após um processo de modernização do campo e do agronegócio na região, Frutal se consolidou na produção e consumo de produtos do setor primário e se tornou um centro especializado do agronegócio, principalmente com a presença de grandes corporações que atuam no setor sucroalcooleiro e cítrico.

No município, encontram-se duas usinas sucroalcooleiras: a Usina Frutal – Bunge - e a Usina Cerradão (ANP, 2017). A Usina Frutal Açúcar e Álcool S/A, localizada na Zona Rural do município, pertencia ao grupo Companhia Açucareira Vale do Rosário, que posteriormente foi adquirida pelo grupo da Usina Moema. Em 2009, a Bunge adquiriu a Usina Moema Participações S.A. A produção de 2010/2011 da Usina Frutal permaneceu acima de 2 milhões de toneladas de açúcar e 86 milhões de litros de etanol, moendo cerca de 1.780.00 toneladas de cana. Destas, mais de 1.600.000 toneladas são produzidas em Frutal.

O crescimento do agronegócio sucroalcooleiro provocou na região a queda da bovinocultura - tanto do leite quanto do corte. Ainda, entre 2007 e 2008, anos posteriores à instalação da Bunge no município, houve um aumento na produção de cana-de-açúcar de 300% e um recuo da soja de 70%. Observa-se uma estabilidade na produtividade do abacaxi e um aumento drástico na produção de cana em mais de 880% nos últimos 10 anos. Outro fator relevante diz respeito à produção de feijão. Após 2007, a produção desta cultura é inexistente, passando de pouco mais de 1.200 toneladas em 2004 para 0 toneladas a partir do ano de 2006, perdurando nesta mesma preocupante situação até 2015.

² Pesquisa de campo realizada no dia 10 de junho de 2016.
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrangeirização de terras, processo que ocorre em escala global, é um dos elementos que integram a questão agrária brasileira e necessita de análises e reflexões que aprofundem esse debate. Representada pela expansão dos territórios do agronegócio, este processo também vem acontecendo em âmbito regional, como é o caso do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, que vem tendo seus territórios incorporados por empresas de capital estrangeiro. O agronegócio busca sua expansão contínua e desenfreada, adquirindo novos territórios e redefinindo seus usos. Sua territorialização tem o potencial de desterritorializar a produção camponesa, revelando um cenário de grande ameaça à soberania alimentar. Essa soberania é afetada na região, uma vez que a produção de *commodities*, em especial a cana, vem ocorrendo em grandes e crescentes proporções, em total descompasso com a produção de alimentos.

O PL que libera a compra de terras pelo capital estrangeiro não é estratégia isolada da bancada ruralista. Ele é constituinte de um conjunto de outros projetos defendidos pela Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) que fortalecem e consolidam com avidez a territorialização do capitalismo no campo e a monopolização do território. O horizonte que se desenha para o campo brasileiro é delicado e sombrio, e deve ser agravado com a permanência de um governo que favorece descaradamente o capital e demonstra profundo descompromisso com os interesses do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ANP. **Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Cadastro de Produtor de Etanol.** Disponível em: < <http://app.anp.gov.br/anp-cpl-web/public/etanol/consulta-produtores/consulta.xhtml> > . Acesso em: 12 jan. 2017.

BUNGE (2017). **Sustentabilidade.** Disponível em: <<http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2012/port/ra/09.ht>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

IBGE. **Dados de previsão de safra.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp?t=4&z=t&o=26&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1> >. Acesso em : Julho 2016.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal (PAM).** Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?t=2&z=t&o=11&u1=1&u2=28&u3=1&u4=28&u5=1&u6=1> > . Acesso em: Junho de 2016.

IBGE. **Minas Gerais – Lavoura temporária 2014.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=lavouratemporaria2014>> Acesso em: Junho de 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=315770&idtema=90&search=minas-gerais|santa-juliana|censo-demografico-2010:-resultados-da-amostra-caracteristicas-da-populacao->> > Acesso em: Julho 2016.

MENDONÇA, M. L. (et al.). **Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil.** Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2014. Disponível em: <http://www.social.org.br/Empresas_transnacionais_e_producao_de_agrocombustiveis_no_Brasil.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Agriculturas**, n. 4, v. 8. Dezembro, 2011.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

SILVA, A. R. P. **As transformações socioespaciais de Frutal - MG**. 2012, 172 f., Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

UNICA (2016). **O lugar da Cana. União da Indústria e cana-de-açúcar**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/na-midia/2906366292035297016/o-lugar-da-cana/>> Acesso em: Julho de 2016.